

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.405 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2001

Parecer sobre reforma do Judiciário vai hoje a votação

PÁGINA 2

Parlamentares levam propostas do Mercosul a europeus

PÁGINA 4

Combate à discriminação assinala Dia da Consciência Negra

PÁGINA 8



Após a aprovação, Ramez Tebet anunciou o envio imediato do projeto de lei à sanção do presidente da República

Plenário aprova gratuidade do exame de DNA para carentes

Projeto que altera a lei de assistência judiciária a pessoas de baixa renda foi encaminhado à sanção presidencial. Vários senadores destacaram a importância social da matéria



Presidente da Caixa anunciou na Comissão de Assuntos Econômicos o lançamento, em breve, de três novos programas habitacionais

Senadores cobram da Caixa solução para 500 mil mutuários

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que permite a pessoas de baixa renda realizar gratuitamente o exame de DNA em processos de investigação de paternidade ou maternidade. O projeto foi enviado à sanção presidencial.

PÁGINA 3

Normas sobre produto dietético voltam ao exame da Câmara

Aprovado com emendas pelo Senado, projeto que exige mais informações nas embalagens de produtos dietéticos voltará à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

PÁGINA 5



Marina é autora do requerimento para realização da audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Acesso à biodiversidade será debatido

O acesso à biodiversidade é tema de audiência pública programada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para hoje, a partir das 9h. O debate foi proposto pela senadora Marina Silva (PT-AC).

Estão convidados para compor a primeira mesa, que analisará as iniciativas do Executivo e do Legislativo sobre a questão, os ministros do Meio Ambiente, Sarney Filho, da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e das Relações Exteriores, Celso Lafer. Também farão parte da primeira rodada de debates os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Marina Silva, além dos deputados federais Ricarte de Freitas (PSDB-MT) e Socorro Gomes (PCdoB-PA).

Na segunda etapa da reunião, que será iniciada às 11h, a mesa será composta por representantes da Advocacia Geral da União, dos Ministérios Públicos do Estado de São Paulo e do Distrito Federal e Territórios, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (órgão do Ministério do Meio Ambiente), da Fundação Indígena do Amazonas e do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

VIGILÂNCIA

A ausência de uma vigilância mais rigorosa da saída de recursos da flora e fauna brasileiras para o exterior é a principal preocupação da senadora, apreensão compartilhada pelos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Comissão vota hoje parecer sobre reforma do Judiciário

O relatório foi apresentado por Bernardo Cabral. A CCJ deve também examinar fim do voto secreto nas decisões relativas a perda de mandato

Deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h, o relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Poder Judiciário. Foram apresentadas 248 emendas.

A CCJ deve analisar também proposta de emenda constitucional, do senador Tião Viana (PT-AC), que derruba a exigência de voto secreto nas deliberações sobre perda de mandato de deputado federal e senador. No substitutivo apresentado, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) amplia o alcance da matéria, suprimindo da



Bernardo Cabral é relator, na CCJ, da proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário

Constituição todas as hipóteses de votação secreta no Congresso. Em voto em separado, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) defende a rejeição da proposta.

Também consta da pauta substitutivo da Comissão de Educação

ao projeto de lei da Câmara sobre repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes. A matéria tramita em conjunto com projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A comissão deve pronunciar-se ainda, em caráter terminativo, sobre projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que modifica o sistema de identificação e registro de imóveis. A proposta torna obrigatória, no caso de registro de imóvel rural, a indicação de características, localização, área, denominação e registro cadastral no órgão fundiário do estado ou da União. O senador José Fogaça (PPS-RS) apresentou parecer favorável.

Plenário pode garantir mais recursos para fundos

O Plenário do Senado pode votar hoje proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que garante mais recursos aos fundos constitucionais para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta eleva de 3% para 4% a parcela de toda a arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao financiamento das três regiões.

Pela Constituição, a União fica hoje com 53% de toda a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. Os 47% restantes são divididos entre estados, municípios, Distrito Federal e as três regiões. O projeto tira 1% da União e faz sua redistribuição entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cálculos do Executivo mostram que as regiões passariam a receber, aproximadamente, até

R\$ 800 milhões a mais por ano.

O governo, em princípio, não concorda com a proposta, pois teme perder arrecadação. O argumento do Executivo é que nem todas as verbas dos fundos das três regiões têm sido usadas. O senador Ademir Andrade afirma que essa situação vem mudando e, no caso da Região Norte, "já há uma fila de projetos à espera de financiamento". A situação se inverteu, explica, por conta de alterações burocráticas no exame de projetos e porque desde janeiro o setor de serviços também passou a ter direito aos empréstimos.

DROGAS

O Plenário também pode votar hoje projeto que fixa novas regras para fiscalização e controle de produtos químicos utilizados na fabricação ilícita de drogas. De autoria do Executivo, o projeto

autoriza a Polícia Federal a fiscalizar severamente todas as empresas que produzem ou comercializam produtos químicos, como a acetona, utilizada no refino da cocaína. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), pretende que a proposta se transforme em lei antes do fim deste ano.

Os senadores discutirão ainda, com possibilidade de votação, projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que troca o Índice Geral de Preços - Demanda Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na atualização monetária das dívidas dos estados com a União. Segundo Osmar Dias, o IPCA já é usado pelo governo federal para fixar metas de inflação e na correção dos seus próprios débitos.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

10h — Recebe o senador Osmar Dias
10h30 — Recebe representante de Taiwan, Louis Kuo Ruey Shou
11h — Recebe Bernhard Eckner, representante do programa Terra Viva na Alemanha e gerente do programa no Brasil
12h — Recebe Emílio Carrazzi, presidente da Caixa Econômica Federal
12h30 — Recebe o deputado Nelson Marquizezelli, acompanhado de delegação da República Popular da China
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
17h30 — Reunião da bancada do PMDB. Liderança do PMDB
18h30 — Apresentação do programa Canal do Município. Café dos Senadores

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC 89/01, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicos ou que determinem dependência física ou psíquica; votação em primeiro turno da PEC 20/01, que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a Renda e proventos de qualquer natureza e sobre Produtos Industrializados; primeira sessão de discussão em segundo turno da PEC nº 69/99, que dispõe sobre financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; mensagens indicando José Augusto Lindgren Alves, Marco Antônio Diniz Brandão e José Gregori para embaixadores do Brasil, respectivamente, junto aos governos da Bulgária, do Laos e de Portugal; entre outras proposições.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: audiência pública com a participação de representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, e das Relações Exteriores; da Secretaria de Biodiversidade e Florestas; da Advocacia Geral da União; dos Ministérios Públicos de São Paulo e do Distrito Federal e Territórios; da Fundação Indígena do Amazonas; e do Instituto por um Planeta Verde, com a finalidade de discutir o acesso à biodiversidade. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PEC nº 29/00 (tramita em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01), que dispõe sobre a reforma do Poder Judiciário; entre outras proposições. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios apresentados. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

18h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: eleição do presidente. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

TCU investigará obras em rodovias de Santa Catarina

O Senado aprovou ontem dois requerimentos do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) para que o Tribunal de Contas da União



Maldaner

(TCU) realize auditorias nas obras da Via Expressa Sul, em Florianópolis (SC), e na construção da BR-282, que liga a capital catarinense à fronteira do Brasil com a Argentina.

Na primeira obra, o requerimento pede que o tribunal verifique a legalidade dos contratos e seus aditamentos, bem como a necessidade técnica da reformulação constante do projeto e seu custo real. No segundo requerimento, Maldaner solicita que a auditoria examine a legalidade dos contratos e o custo médio real do quilômetro projetado e executado.

O senador argumentou que o Legislativo está prestes a votar o Orçamento da União para 2002 e, como há dúvidas em relação às obras, "é um risco" destinar a elas novos recursos se forem, no futuro, confirmadas irregularidades nos trechos até agora executados.

Diploma Chico Mendes tem votação adiada

A requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Senado adiou para o dia 27 a votação do projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) instituindo o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania. Segundo a proposta, serão agraciadas pessoas físicas e jurídicas que tenham contribuído de forma relevante para as causas do meio ambiente e da cidadania.

O projeto determina que o diploma será conferido anualmente, sempre em dezembro — mês da morte do líder seringueiro Chico Mendes —, em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para esse fim. A seleção dos candidatos será feita por um conselho especial, integrado por cinco parlamentares.

Em seu parecer favorável ao projeto, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirma que, "em país de tão curta memória quanto o Brasil, é relevante que a obra de Chico Mendes não seja relegada ao esquecimento".

Vai à sanção projeto que garante a gratuidade do exame de DNA

Foi aprovada ontem a proposta que prevê o benefício a pessoas de baixa renda em processo de investigação de maternidade ou paternidade. Os gastos serão cobertos pelo Judiciário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que enviaria ainda ontem à sanção presidencial o projeto de lei que permite às pessoas de baixa renda realizar gratuitamente, em processo de investigação de maternidade ou paternidade, o exame de DNA.

Oriundo da Câmara, o projeto altera a lei que concede assistência judiciária aos necessitados,

isentando do pagamento do exame aquele que não pode pagá-lo. Ao final da votação, Ramez Tebet cumprimentou o autor da iniciativa, deputado Coriolano Sales (PMDB-BA), que se encontrava no Plenário.

A matéria deveria ter sido votada na semana passada, mas houve longo debate em razão de o Poder Executivo reear os custos que o benefício demandaria no Orçamento da União. Antes da votação, o senador



Houve longo debate em Plenário antes de o projeto ser aprovado

José Fogaça (PPS-RS) disse que "a inteligência do projeto" está exatamente em atribuir ao Judiciário as despesas com os exames.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lembrou, em seu relatório, que a lei hoje protege os filhos havidos fora do casamento ou adotados, proibindo discriminação relativa à

filiação. No seu entender, contudo, continuava a incerteza a respeito da paternidade, que é presumida, e da própria maternidade, visto serem possíveis fraudes na definição da mãe biológica.

— Com a aprovação do projeto, dá-se agora a quem não tem condição financeira de investigar a paternidade e a maternidade verdadeira a possibilidade de descobri-la — disse o senador.

Senadores aplaudem aprovação da proposta

Senadores se manifestaram em Plenário para apoiar a aprovação do projeto que garante a pessoas de baixa renda a gratuidade do exame de DNA. Vários deles homenagearam a vereadora Sandra Arantes do Nascimento Felinto, de Santos (SP), que provou na Justiça ser filha de Pelé e conseguiu aprovar em sua cidade projeto parecido. Após a aprovação da proposta, ela parabenizou o Senado "por ter entendido a importância social do projeto". Segundo Sandra, o exame do DNA custa cerca de R\$ 900. "É muito caro para a maioria da população", disse.

O senador Sebastião Rocha lembrou que a Lei de Assistência Judiciária aos Necessitados já prevê que as custas do processo sejam pagas pela parte vencida.

Se o perdedor comprovar ser uma pessoa sem condições de se manter, não será obrigado a pagar pelo exame, conforme o projeto aprovado.

Líder do governo, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) explicou que o governo deixou de se opor ao projeto devido à sua importância social. Afirmando que o Senado realizava uma sessão histórica, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a proposta estava sendo aguardada com otimismo pelas pessoas mais pobres e preencherá "inaceitável lacuna no exercício dos direitos sociais".

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que o projeto facilitará as investigações de paternidade para as famílias des-

protegidas. Heloísa Helena (PT-AL) apontou o grande abismo social existente no país para louvar a mudança que permitirá aos necessitados o acesso ao direito de investigar sua filiação. O senador José Fogaça (PPS-RS) ressaltou a consistência da medida. Ele destacou que o custeio dos exames ficará a cargo do Judiciário.

Para Ademir Andrade (PSB-PA), "todo ser humano tem o direito de saber quem é seu pai". O senador Tião Viana (PT-AC) louvou a coragem e determinação com que a senadora Heloísa Helena defendeu a proposta. O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) pediu que o presidente da República sancione o mais rapidamente possível o projeto.

Produto dietético deverá conter mais informação

O Senado aprovou com emendas projeto que obriga os fabricantes de produtos dietéticos a indicar na embalagem a qualidade e a quantidade de adoçantes (edulcorantes) utilizados em sua composição. O invólucro deverá conter também o valor da ingestão diária máxima recomendada e o valor calórico do produto. Devido às emendas, o projeto voltará à Câmara.

O projeto recebeu elogios do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que informou ser diabético e preocupar-se por ver à venda produtos fabricados por empresas que não esclarecem eficazmente no rótulo os componentes do que está sendo vendido.

— Há uma confusão de terminologia entre o que é *light* e o que é *diet*, que vem complicar mais ainda o assunto — afirmou.

Entre outras mudanças, o Senado decidiu que, no caso de produtos em que tenha havido substituição parcial do açúcar por adoçante, o rótulo deverá também indicar o percentual do poder calórico do açúcar substituído. Outra emenda aprovada estabelece que o descumprimento das normas pelo fabricante configurará infração sanitária e crime contra as relações de consumo.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) considerou o projeto, relatado por ela, "da maior importância", por assegurar ao consumidor o conhecimento da composição dos produtos que está usando.



A relatora Maria do Carmo considera que o projeto "é da maior importância"

Plenário acata acordos internacionais

O Senado aprovou ontem os textos do Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários celebrado em Brasília, em novembro de 1999, entre o Brasil e a República Tcheca. Também foram acatados o Acordo sobre Transporte Aéreo, assinado em 1999 com a Bélgica, e o Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado na capital brasileira, em abril de 2000, entre o Brasil e a República do Panamá.

O Plenário também aprovou os textos da emenda aos anexos à Convenção de Basiléia sobre Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos, adotados durante a IV Reunião da Conferência das Partes. Foram acatadas ainda as emendas à Constituição da Organização Mundial da Saúde, bem como o texto do acordo que garante o estabelecimento de escritório diplomático, no Rio de Janeiro, para a União Latina.

Comissão do Mercosul negocia com a Europa transferência de tecnologia

Congressistas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai participaram de reunião com o Parlamento Europeu para efetivar convênio que garantirá treinamento de pessoal

Negociar a transferência de tecnologia e de recursos financeiros para o treinamento de pessoal nos países do Mercosul foi um dos objetivos dos parlamentares brasileiros da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul que participaram da IV Reunião Interparlamentar com membros do Parlamento Europeu, realizada na primeira quinzena do mês em Estrasburgo, na França.

A comissão, integrada por congressistas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, quer efetivar o convênio de US\$ 1,3 milhão firmado com a Comissão Européia em maio de 2000. O acordo prevê a transferência de

tecnologia do Parlamento Europeu para capacitar pessoas que vão administrar o futuro Parlamento do Mercosul.

Os parlamentares brasileiros defenderam também novas fontes de financiamento para o desenvolvimento sustentável do Mercosul, com destaque para meio ambiente, biotecnologia e desenvolvimento de pequenas e médias empresas. A delegação brasileira foi liderada pelo presidente da



Roberto Requião liderou a delegação brasileira na reunião realizada na cidade francesa de Estrasburgo

Comissão do Mercosul no Congresso Nacional, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Outra prioridade da delegação brasileira foi provocar a discus-

são sobre as barreiras tarifárias impostas pelos europeus à entrada de produtos agrícolas nacionais na União Européia. Para a Comissão do Mercosul, os subsídios agrícolas e incentivos à exportação praticados nos países europeus criam concorrência desleal com os produtos agrícolas nacionais e prejudicam a expansão do comércio brasileiro.

Na primeira de uma série de audiências, os parlamentares brasileiros e seus colegas do bloco do Mercosul foram ouvidos por autoridades da Comissão Européia, responsável pela autorização de recursos financeiros para países em desenvolvimento.

Aprovadas indicações para duas embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, por unanimidade, pareceres favoráveis às indicações do diplomata Cristiano Whitaker para o cargo de embaixador do Brasil na Namíbia e do diplomata Alcides Gastão Rostand Prates para chefiar a missão diplomática do país no Vietnã. Os nomes dos indicados pelo presidente da República ainda precisam ser apro-

vados pelo Plenário do Senado.

Caso seja aprovado, Prates irá substituir Whitaker na embaixada brasileira em Hanói, no Vietnã. O país disputa com o Brasil o mercado internacional de café. Segundo Prates, a produção vietnamita vem crescendo rapidamente, e já chega a 14 milhões de toneladas, volume superior à produção da Colômbia, um dos maiores produtores mundiais.

Representante de ONG quer desenvolvimento sustentável

O representante da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação (SPVS), Clóvis Borges, afirmou ontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades praticadas por organizações não-governamentais (ONGs) que só se deveria conceber desenvolvimento econômico se houver conservação ambiental. Segundo Borges, todo desenvolvimento deve ser sustentável, respeitando o uso racional das áreas de preservação e promovendo a conscientização para reverter processos de devastação.

Respondendo a questionamento do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que presidiu a reunião, Clóvis Borges explicou que

a única ligação entre a Sociedade de Pesquisa e a Fundação O Boticário – que atua na região de Guaraqueçaba (PR) – foi o financiamento de alguns projetos da entidade que representa pela ONG O Boticário. Em resposta ao senador Gilvam Borges (PMDB-AP), Clóvis Borges afirmou que a SPVS recebeu recursos internacionais de organizações como a The Nature Conservancy e do órgão do governo norte-americano Usaid.

Clóvis disse ainda que a SPVS receberá R\$ 10 milhões da General Motors ao longo de 40 anos, para cumprimento de projeto de conservação ambiental. A SPVS tem também convênios com o governo, especialmente com o Ministério do Meio Ambiente.



Souto: programa baiano beneficia estudante carente

Souto elogia programa de bolsa de estudo

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apontou o programa Faz Universitário, lançado pelo governo da Bahia, como forma de garantir a permanência de estudantes oriundos da rede pública em instituições privadas de ensino superior. O senador ressaltou que o preço alto das mensalidades dificulta o acesso dos estudantes pobres às faculdades. Segundo disse, o número de universidades públicas na Bahia – cinco – é pequeno em relação à demanda.

Paulo Souto explicou que o programa Faz Universitário oferece bolsas de estudo aos estudantes que cumprirem os seguintes requisitos: ter cursado da 5ª série do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio em escolas públicas, ser classificado no Exame Nacional do Ensino Médio e ser aprovado no vestibular de instituição privada de nível superior.

– Ser proveniente da rede pública é o primeiro pré-requisito para que um estudante possa se candidatar a uma dessas bolsas.



Iris cobrou do governo diálogo com os professores em greve

Para Iris, edição de "MP antigreve é inoportuna"

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que o momento escolhido pelo Executivo para edição da "medida provisória antigreve se apresenta inoportuno". A paralisação dos professores universitários já ultrapassa os 90 dias e continua o movimento dos servidores do INSS e do Banco Central, lembrou. Para o senador, "a impressão que fica" é que o governo quer ampliar as punições e restringir o direito de greve enquanto mecanismo de reivindicação, "o que pode ferir princípios democráticos".

– Um assunto tão delicado como o direito dos trabalhadores exige um clima de serenidade para a sua discussão.

De acordo com Iris, não será pelo "caminho da força" que se encontrará solução para a greve nas universidades. Ele observou que "um governo liderado por um presidente que é professor universitário" sabe que "o desfecho para esse impasse só pode vir através do diálogo".

Fiscalização deve eleger hoje novo presidente

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve eleger hoje, às 18h, seu novo presidente. De acordo com a proporcionalidade das bancadas dos partidos no Senado, definida no início deste ano, cabe ao PMDB, maior legenda da Casa, indicar um nome para o cargo. A comissão era presidida pelo senador Ney Suassuna, que se licenciou para assumir o Ministério da Integração Nacional.

A reunião será presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que continua na vice-presidência da CFC. O novo presidente pode ser um dos senadores do PMDB que já integram a comissão. O líder do partido na Casa, senador Renan Calheiros (AL), porém, pode indicar o nome de outros senadores para preencher a vaga.

A comissão ganhou destaque com a realização de diversas reuniões para analisar relatórios sobre diligências feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A CFC pediu que novas investigações fossem feitas, por exemplo, no metrô do Distrito Federal, além de rejeitar o requerimento de quebra de sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge.

Embaixador da Romênia visita o Senado

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem a visita do embaixador da Romênia, Ion Floroiu.

Tebet e o embaixador discutiram o estreitamento das relações sociais, culturais, econômicas e científicas entre o Brasil e a Romênia.

Tebet é informado sobre situação de menores em MS

Representantes de diversos órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes do estado de Mato Grosso do Sul encontraram-se ontem com o presidente do Senado, Ramez Tebet. Eles estão em Brasília para participar da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Durante a audiência, os integrantes da comitiva informaram o senador sobre as atividades do Conselho Tutelar e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso do Sul.

Caixa terá três novos programas habitacionais

Presidente da CEF diz à Comissão de Assuntos Econômicos que o atual governo já investiu R\$ 24 bilhões no setor e sugere medidas para solucionar, a médio prazo, o déficit de moradias no país

Em depoimento ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, anunciou a adoção, em breve, de três novos programas destinados a reduzir o déficit habitacional do país: a poupança imobiliária, o consórcio para a compra de imóveis e o plano de capitalização associado ao sorteio de residências.

De acordo com Carazzai, a poupança vinculada – comum em países como a França e a Alemanha – seria destinada a quem quer remuneração pelo investimento, mas pode aguardar algum tempo para comprar um imóvel. O consórcio beneficiaria os que abrem mão da remuneração em troca da possibilidade de sorteio. E o plano de capitalização uniria a remuneração, ainda que reduzida, à chance do sorteio.

– Esses novos programas não serão parte do eixo principal da política habitacional, mas sim novas mo-

dalidades que colocaremos à disposição da sociedade – esclareceu.

O presidente da CEF afirmou que, apesar de haver herdado uma situação caótica no setor, o governo Fernando Henrique já investiu R\$ 24 bilhões no financiamento habitacional, com recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da própria Caixa e do Orçamento Geral da União.

Com esse investimento, observou Carazzai, 1,2 milhão de unidades habitacionais foram financiadas no período. Em 2000, acrescentou, foram investidos no setor R\$ 7 bilhões, um recorde histórico. Mas em 2001, devido à adoção de normas mais rigorosas para a concessão de crédito, a quantia investida deverá recuar aos níveis de 1999.

TRÊS FRENTES

Visando à solução do déficit habitacional a médio prazo, o presidente da CEF sugeriu investimentos em três frentes. Para a classe média alta,

defendeu o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), com inovações como a isenção da CPMF nas operações de securitização de crédito. A isenção facilitaria a colocação de títulos no mercado e o retorno mais rápido do capital.

Recursos do FGTS e da Caixa, além de subsídios públicos, poderiam garantir, na opinião de Carazzai, os financiamentos aos integrantes de uma camada social que, apesar de ter acesso a crédito, representaria um risco excessivo de inadimplência.

As camadas mais pobres da população deveriam ser beneficiadas, segundo ele, por programas chamados concessionais, que envolveriam transferência de renda com fontes fiscais – ou seja, do Orçamento da União. “É preciso que o Congresso e a sociedade definam quanto poderá ser destinado a 10 milhões de famílias que não têm acesso a crédito”, disse Carazzai.



Emílio Carazzai ao lado do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lúcio Alcântara

SFH pode receber mais R\$ 1 bilhão para financiamentos à classe média

O presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, disse aos senadores que o Sistema Financeiro de Habitação poderá receber, nos próximos dias, uma injeção de R\$ 1 bilhão do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para novos financiamentos. É o que determina a proposta do ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles, feita ao Conselho Curador do Fundo. Isso possibilitará que, já em janeiro, a instituição retome os financiamentos para a classe média alta.

Emílio Carazzai sugeriu a recriação, “de forma inteligente”, do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais); a intensificação das operações de *leasing* imobiliário; e a redução de impostos. Ele reco-

nheceu os transtornos gerados pelo FCVS na forma como foi concebido originalmente, pois impediu que a prestação subisse mais que o reajuste salarial, mas não conseguiu evitar que o saldo devedor tivesse crescimento exponencial.

– Podemos criar um novo FCVS, só que de forma mais inteligente – disse, ao adiantar que a Caixa já está trabalhando no assunto e que logo irá apresentar sua nova concepção.

Carazzai queixou-se, ainda, da inadimplência de alguns municípios no pagamento de empréstimos feitos com recursos do FGTS para desenvolvimento urbano. Sem pagamento, o Conselho Curador do FGTS impede novos empréstimos a esses municípios.

Senadores cobram solução para 500 mil mutuários

Senadores da oposição e do bloco do governo cobraram ontem do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, uma solução mais rápida para os cerca de 500 mil mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que se encontram hoje em sérias dificuldades criadas pelos planos econômicos. O saldo devedor desses mutuários, já estimado em R\$ 9 bilhões, com os cálculos de correção monetária, juros e penalidades referentes ao ano de 2001 poderá atingir R\$ 20 bilhões, segundo estimativas feitas por Renato Nardoni, da Superintendência Nacional de Habitação da CEF.

A preocupação dos senadores foi manifestada durante a audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para o senador Arlindo Porto (PTB-MG), que assinou, junto com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o requerimento solicitando a audiência, é difícil para os mutuários, com os salários congelados, suportar juros de 18% ao ano mais inflação de 6% ao ano. Porto exemplificou que o Banco do Brasil está cobrando atualmente 9% ao mês de juros no cheque especial, o que ele considera absurdo numa economia que conquistou a estabilidade. O senador também reclamou maior preocupação com o financiamento de habitações no meio rural, onde há um déficit de 2 milhões de moradias.



Diversos senadores manifestaram preocupação com a situação dos mutuários em dificuldades, cujo saldo devedor pode atingir R\$ 20 bilhões

O senador Lúcio Alcântara, presidente da CAE, disse que há hoje uma grande preocupação, não somente com a discrepância entre os juros cobrados e as taxas de inflação, mas ainda com relação às enormes disparidades dos diversos índices de preços utilizados nos contratos de financiamento habitacional.

PLANO DIRETOR

No entendimento de Fernando Bezerra (PTB-RN), o modelo econômico concentrado na aplicação de altas taxas de juros esgotou-se e precisa de novo direcionamento. Essa política de juros altos, disse Bezerra, inviabilizou o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), criado para os segmentos de classe média.

Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou-se mais preocupado com a necessidade de se definir no orçamento os níveis de transferência de rendas para os mais pobres, idéia compartilhada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). A senadora pediu um detalhamento do perfil dos

500 mil devedores do SFH que se encontram em dificuldades, para que se tenha uma idéia de quantos realmente precisam de subsídios do governo.

Nessa mesma linha, Mauro Miranda (PMDB-GO) quis saber do presidente da Caixa as reais possibilidades de se conceder subsídios aos inadimplentes do SFH, sugerindo também que a CEF passe a exigir dos municípios que buscam recursos junto à instituição um plano diretor social, dentro das normas do Estatuto da Cidade, de modo a impedir, principalmente, que pessoas de baixa renda sejam assentadas em locais remotos, sem qualquer infraestrutura.

Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) mostrou-se preocupado com o descompasso dos custos do dinheiro na captação e na aplicação dos financiamentos habitacionais, concordando com a idéia de se conceder subsídios com recursos fiscais para as famílias de baixa renda.

Hartung diz que hidrelétrica prejudica Espírito Santo

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) protestou contra a construção da Hidrelétrica de Aímorés, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, por entender que seu estado será prejudicado. Afirmou que o Rio Doce terá seu fluxo diminuído, instalando-se o caos na região em



Hartung propõe audiência pública para avaliar danos

o leito natural será abandonado e posteriormente alvo do despejo da hidrelétrica. Hartung propôs a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para debater os impactos ambientais, econômicos e sociais da hidrelétrica. Para ele, a União, detentora dos recursos de energia hidráulica de rios que banham mais de

um estado, mostrou-se reticente, aprovando o “absurdo projeto”.

O senador informou ter apresentado projeto prevendo compensação financeira para estados e municípios afetados pela construção de hidrelétricas.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que a obra representa um esbulho do estado de Minas Gerais, que quer se beneficiar da energia, deixando para o Espírito Santo o leito, seco, do Rio Doce.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que problemas estruturais do projeto trazem prejuízos ao Espírito Santo, devendo o Senado procurar a fórmula justa para reparar os danos.

Audiência discutirá capital estrangeiro na TV a cabo

Comissão de Educação aprova proposta de Emilia Fernandes para realização do debate, que deverá contar com a presença de especialistas e dos presidentes da Anatel e das associações de emissoras

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) para realização de audiência pública destinada a discutir a participação estrangeira no capital de prestadora de serviço de TV a cabo. A entrada de capital estrangeiro no mercado de TV a cabo está prevista no projeto de lei apresentado pelo senador licenciado Ney Suassuna (PMDB-PB), que hoje ocupa o Ministério da Integração Nacional.

— Não sou contra o projeto. Minha iniciativa é apenas para oportunizá-lo — disse a senadora, lembrando que, neste momento, o Congresso Nacional está discutindo duas proposições sobre o assunto: a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão e também a emenda constitucional que permite ao capital estrangeiro participação nas empresas jornalísticas de radiodifusão.

Para Emilia, o projeto de Suassuna “não pode ser dissociado da questão maior das telecomunicações e da radiodifusão”. A audiência pública, para ela, permitirá que os senadores se informem sobre as implicações da entrada de empresas estrangeiras na radiodifusão a cabo, além de evidenciar a necessidade da inserção do



Presidida por Ricardo Santos, a Comissão de Educação aprovou várias matérias, além da proposta de Emilia Fernandes (foto menor)

projeto de Suassuna “no universo maior da nova Lei de Radiodifusão”.

Além “do grande número de mensagens” que vem recebendo de todo país, Emilia disse ter sido estimulada pelos debates que a CE tem realizado sobre as propostas que mudam a atual legislação que disciplina a radiodifusão.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou-se a favor da realização da audiência pública, ainda sem data marcada. Ele ressaltou as inúmeras dificuldades que as operadoras de TV a cabo vêm enfrentando e observou que a lei tem sido mais benevolente

com as emissoras de sinal aberto.

Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) propôs algumas substituições na relação original dos expositores sugerida pela senadora. Juntamente com o senador Gerson Camata (PMDB-ES), ele alegou que entre os seis primeiros nomes havia nítida vantagem a favor dos que são contra o projeto de Suassuna. Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordou com a importância de os senadores ouvirem os dois lados da questão.

A lista dos debatedores — sujeita a alterações — incluiu os seguintes nomes: Renato Guerreiro, presidente da Agência Nacional de Te-



lecomunicações (Anatel); José Augusto Moreira, presidente da Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABTA); Paulo Machado de Carvalho Neto, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Luiz Eduardo Borgeth, consultor da vice-presidência do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); e o professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília (UnB).

Santos busca apoio de Tebet para acordo com professores

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), informou ontem que irá procurar o presidente do Senado, Ramez Tebet, para buscar um canal de negociação com as lideranças da Casa, a fim de que seja estabelecido “um mínimo de consenso” em torno do projeto de lei que concede 34% de aumento à Gratificação de Exercício de Docência (GED) aos professores universitários. Ricardo Santos informou que a direção da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) já se manifestou contra a proposta.

Ricardo Santos disse que também pretende conversar com o presidente do Senado sobre as possibilidades de entendimento com o presidente da República, uma vez que a responsabilidade

pelo pagamento dos salários dos grevistas foi remetida “à mais alta instância do Executivo”.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) relatou haver participado, na véspera, de reunião com o comando de greve da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que o incumbiu de solicitar o apoio da comissão com vistas a uma solução para a greve dos docentes das universidades públicas federais, que já dura mais de 90 dias.

Ricardo Santos lembrou que, como presidente da Comissão de Educação, já promoveu encontro dos grevistas com representantes do Ministério da Educação e lamentou as dificuldades para um entendimento. O senador manifestou também sua preocupação em relação à possível perda do ano letivo e ao adiamento do vestibular.

Rejeitadas propostas sobre cinema e nova disciplina

Com base em parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a Comissão de Educação (CE) rejeitou ontem projeto do ex-senador Luiz Estevão que destina 5% do preço de bilheteria de filme estrangeiro para financiar o cinema brasileiro. O relator argumentou que com a edição da medida provisória que institui as normas gerais para uma política de cinema, a proposta de Estevão “perde o sentido”.

Saturnino esclareceu que a medida provisória já se encontra em exame no Congresso, onde tem sido discutida com os segmentos do setor cinematográfico, inclusive em audiências públicas com a presença de seus representantes.

A CE também aprovou parecer do senador José Fogaça (PPS-RS) contrário a projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que inclui a disciplina Direito da Cidadania no currículo do ensino médio.

Para Emilia Fernandes (PT-RS), a proposta, de fato, deveria ser rejeitada, mas não pelas razões apresentadas por Fogaça, que alegou, inclusive gastos com a contratação de professores para lecionar a disciplina.

— Quando se trata de educação não existem gastos, mas investimentos — afirmou Emilia.

Os dois projetos rejeitados estavam tramitando em caráter terminativo.

Homenagem a JK vai à decisão do Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao projeto do deputado Paulo Octávio (PFL-DF) que cria o selo comemorativo em homenagem ao centenário do nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. A data será comemorada em 12 de setembro do próximo ano. A matéria segue agora para votação no Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, caberá à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) a criação, emissão e comercialização do selo. O que for arrecadado com a venda do selo será destinado à elaboração de publicações sobre a história e a obra de JK, a serem destinadas aos alunos da rede pública de ensino.

Francelino Pereira lembrou que Juscelino, que governou o país entre 1955 e 1960, foi um dos maiores presidentes que o Brasil já possuiu. Ele destacou várias obras do estadista, entre as quais a construção de Brasília e o programa “50 anos em 5”, impulsionador do crescimento econômico do país.

Ademir repudia redução de direitos dos trabalhadores

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) sustentou que o projeto em discussão na Câmara dos Deputados que permite acordos entre patrões e sindicatos, reduzindo



Ademir Andrade

direitos trabalhistas previstos na CLT, “não irá gerar empregos”, como vem defendendo o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. A proposta “enfraquece os trabalhadores, a parte fraca da relação capital-trabalho”, opinou o senador.

— O que o governo pretende é reduzir os custos do trabalho, passando para os trabalhadores o custo da desaceleração econômica — disse Ademir.

O senador considera ilusão pensar que os empresários usarão em novos investimentos o dinheiro economizado com a mudança na CLT. A seu ver, está claro que as empresas buscarão alternativas mais rentáveis e seguras no mercado financeiro.

— Se aprovado o projeto, os patrões irão impor sua vontade nos acordos e os direitos e salários dos trabalhadores serão reduzidos — previu Ademir.

Santos quer mudar programa de cooperativas

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apelou para a reestruturação e a prorrogação do Programa de Revitalização das



Santos pede juros mais baixos nos contratos

Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). O senador criticou as grandes exigências cobradas dos cooperados para que os contratos sejam fechados e o fato de os recursos do programa estarem sendo utilizados prioritariamente para pagamento de dívidas. Para resolver o problema, o senador sugeriu que sejam adotadas taxas de juros mais baixas nos contratos.

— A implementação do Recoop tem se desvirtuado de seu propósito original, de revitalizar as cooperativas agropecuárias. Sua operacionalização tem sido mais utilizada como instrumento para solucionar problemas do sistema financeiro — reclamou o senador.

Santos lembrou que o programa, que se encerra em 31 de dezembro, foi lançado em 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como forma de dar condições para o desenvolvimento sustentado das cooperativas.

Lindberg Cury registra visita de empresárias

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) homenageou as mulheres sócias do Business Professional Women (Mulheres Empresárias — BPW), que visitaram ontem o Senado. O presidente da Casa, Ramez Tebet, associou-se à saudação. Lindberg informou que as mulheres vieram a Brasília para debater o papel feminino no processo político, conhecer o Congresso e visitar Tebet, que havia participado de um encontro do BPW.

— A BPW pretende familiarizar suas sócias com o processo político e legislativo, para instrumentalizar a mulher de negócios, a empresária, a ter uma participação política ativa — disse Lindberg.

A intenção, afirmou o senador, é garantir maior participação feminina no processo político, alcançando pelo menos 30% dos cargos eletivos, como prevê a lei.

Álvaro questiona atuação do governo contra protecionismo

Senador cobra providências para enfrentar subsídios concedidos pelos Estados Unidos e União Européia aos produtos de exportação

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) questionou ontem o rigor do governo brasileiro na luta pela eliminação dos subsídios dados pelo governo norte-americano e pela União Européia aos produtos destinados à exportação, especialmente no setor de alimentos.

— O presidente vai à França, discursa no Parlamento e é aplaudido de pé. Vai aos Estados Unidos, conversa com George Bush e, aqui, os governistas comemoram e proclamam sua habilidade diplomática. Sem dúvida, o discurso é competente, mas e as providências? E as ações que deveriam suceder ao discurso? — perguntou.

Álvaro disse que os países mais avançados, amparados nas melhores teorias econômicas, preconizam as virtudes do livre comércio, mas praticam o protecionismo através de barreiras não-tarifárias de diversos tipos, além dos subsídios maciços à agricultura.



Álvaro Dias aponta contradição entre o discurso e a prática dos países desenvolvidos

— O protecionismo agrícola é certamente um obstáculo importante porque penaliza uma parte substancial do comércio exterior brasileiro. A agricultura brasileira é responsável por 30% do PIB e

por 25% dos empregos. Os subsídios internos também são um fator relevante na medida em que eles distorcem os preços. Se alguém dá subsídios aos produtores de soja, por exemplo, faz com que os preços caiam nos mercados internacionais e isso penaliza produtores não-subsidiados.

Para Álvaro, existe uma contradição entre a pregação e a prática dos países desenvolvidos sobre abertura econômica e competição leal e livre. — Se os europeus entendem que devem subsidiar a agricultura, é questão interna deles. O condenável é barrar a competição de fora, tanto na Europa quanto nos países onde eles vendem seus produtos.

Alcântara aplaude programa que indeniza agricultores

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai anunciar hoje o programa que institucionaliza o Seguro Safra, informou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O anúncio será feito durante visita às cidades de Petrolina (PE) e Araripe (CE).

Segundo o senador, esse seguro — que terá a participação de pequenos produtores, municípios e estados — visa constituir um fundo para ressarcir os agricultores que tiverem perda superior a 60%

de sua lavoura. Para ele, a medida é da mais alta importância e vai marcar época por ser uma nova forma de enfrentar os prejuízos da seca e de amparar os pequenos produtores rurais.

Alcântara disse que o novo programa caracteriza uma visão “completamente diferente do que se fez até aqui em relação à seca no Nordeste”. Acrescentou que a iniciativa porá fim àquela forma “muitas vezes humilhante” de auxílios irrisórios aos agricultores que são pe-



Alcântara lembra que presidente lança hoje o programa

riodicamente vítimas da seca.

O senador informou que a idéia nasceu em seu estado, durante o governo de Tasso Jereissati. A sugestão, feita ao governo federal, foi aperfeiçoada e adequada à realidade orçamentária. Para Lúcio Alcântara, a iniciativa mostra a atenção que o presidente tem com a pobreza rural e com a seca do Nordeste.

Antonio Carlos Júnior defende orçamento impositivo

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) defendeu ontem em Plenário alterações nas regras de formulação e de aprovação do Orçamento do governo federal para torná-lo mais sintético e impositivo. Ele clamou os senadores a agilizar a votação de propostas de emenda à Constituição em tramitação no Senado Federal sobre o assunto, in-



Antonio Carlos Júnior sugere mudança nas regras do Orçamento

cluindo uma PEC do ex-senador e ex-presidente da Casa Antonio Carlos Magalhães.

Antonio Carlos Júnior observou que o Poder Executivo, da forma como é atualmente implementado o modelo orçamentário, pode decidir se aplicará ou não os recursos aprovados.

— A forma autorizativa é um entrave à plena utilização do Orçamento do governo federal —

Osmar critica benefício a montadoras

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou o encaminhamento, ao Tribunal de Contas do Paraná, do parecer por ele solicitado à Consultoria do Senado sobre a ilegalidade do adiamento, para 2009, do início do recolhimento do ICMS das montadoras Renault e Audi, concedido pelo governo do Paraná. A nota técnica da Consultoria concluiu que o benefício, além de “flagrantemente inconstitucional”, não cumpre as condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Osmar envia nota técnica a tribunal do Paraná

O parecer baseia-se na determinação constitucional de que tais vantagens só podem ser concedidas por deliberação conjunta dos estados e do Distrito Federal. Convênios como esse, justificou a Consultoria, dependem da aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Valadares contra a antecipação de impostos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que está providenciando, junto com sua assessoria, projeto de lei com o objetivo de impedir que os estados brasileiros



Valadares anuncia projeto que proíbe cobrança antecipada

antecipem a cobrança de impostos. Ele explicou que tomou a iniciativa em virtude de o governador de Sergipe, Albano Franco, ter antecipado a cobrança de ICMS no estado, provocando a transferência de várias empresas para a Bahia.

Segundo o senador, isso está acontecendo, por exemplo, em Tobias Barreto (SE), na fronteira entre Sergipe e Bahia, onde mais de 70 empresas, prejudicadas pela antecipação de impostos, transferiram-se para o município de Tapicuru (BA), aproveitando os benefícios tributários oferecidos pela Bahia. Valadares defendeu ampla reforma tributária que permita ao Brasil alcançar o equilíbrio econômico.

Tebet destaca ação do Congresso contra racismo

Presidente do Senado participou da abertura de seminário sobre Discriminação e Sistema Legal Brasileiro, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ele disse que é preciso ainda mudança cultural e conscientização para se combater problema

Após participar, ontem, da abertura do seminário sobre Discriminação e Sistema Legal Brasileiro, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que o Congresso tem realizado intenso trabalho legislativo com a finalidade de promover a igualdade entre os cidadãos. Ele citou o projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria cotas de vagas nas universidades e no serviço público para os negros.

— É necessário atentar, no entanto, para o fato de que a lei é uma coisa e outra coisa é a reali-



Ramez Tebet destacou projeto de lei de iniciativa do senador José Sarney que cria cota para negros nas universidades e serviço público

dade, onde se observa que alguns grupos sofrem discriminações de toda ordem. Como essas mudan-

ças dependem também de uma mudança cultural e de conscientização, precisamos exercitar nos-

sa vontade e decisão política para combater a discriminação — afirmou.

Em entrevista à imprensa, Tebet elogiou a iniciativa do Judiciário, pela importância e pela propriedade do tema.

— Esse evento é ilustrativo da preocupação dos Poderes com o assunto — disse Ramez Tebet, observando que, apesar de a Constituição brasileira deixar claro que é proibida a prática de qualquer tipo de discriminação, esta ainda acontece em muitos setores, principalmente contra os negros, os deficientes físicos e as mulheres.

A abertura do evento foi feita pelo presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, fez palestra intitulada “Ótica Constitucional: a Igualdade e as Ações Afirmativas”.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acompanhou o senador Tebet ao evento, que desenvolveu painéis sobre racismo, proteção ao trabalho da mulher e reserva legal de vagas para os deficientes físicos.

Cândido exalta Dia Nacional da Consciência Negra

O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem, foi tema de discurso do senador Geraldo Cândido (PT-RJ). A data homenageia Zumbi dos Palmares, morto em 20 de novembro de 1695, pelas forças coloniais portuguesas, no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. Geraldo Cândido disse que Zumbi é o maior herói da população afrodescendente brasileira por sua luta pela liberdade e por uma sociedade igualitária.

— Ele foi o líder de uma comunidade que reunia negros, brancos, índios e europeus em uma sociedade igualitária, multirracial, onde a terra era propriedade comum — afirmou o senador, citando outras personalidades que



Senador Geraldo Cândido lembrou que 2001 é consagrado ao combate ao racismo

simbolizam a luta dos negros brasileiros por justiça: Dandara, mulher do próprio Zumbi, e o marinho João Cândido, líder da Re-

volta da Chibata, que, no início do século, se insurgiu contra os maus-tratos na Marinha.

A data é feriado municipal no Rio de Janeiro, por iniciativa do vereador petista Edson Santos, salientou Cândido. O senador lembrou que o ano de 2001 é consagrado ao combate ao racismo, à xenofobia e a outras formas de discriminação, o que reveste a data de maior relevância.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, congratulou-se, em nome da Mesa, com o pronunciamento de Geraldo Cândido e informou ao Plenário ter participado de seminário no Tribunal Superior do Trabalho, no qual foram discutidas formas de combate à discriminação.

Rocha promete empenho pela aprovação de cotas para negro

Ao congratular a população negra brasileira pelo transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) prometeu empenhar-se na votação, ainda este ano, do projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que estabelece cota de 20% das vagas disponíveis para a população negra nas universidades e em concursos públicos. Ele é relator desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sebastião Rocha comunicou que a CCJ promove hoje, entre 13h e 16h, oficina de debates sobre o projeto de lei das cotas, com a participação de representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Justiça e do Movimento Negro, além de juristas.

O senador disse que examina a possibilidade de que o quesito “cor” seja incluído nos documentos pessoais. Segundo afirmou,



Sebastião Rocha comunicou que a CCJ promove hoje oficina de debates sobre o projeto

esse item não é mais visto como fator estimulante de discriminação racial.

Suplicy: Brasil pouco fez para corrigir efeitos da escravidão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, a seu ver, comprovam a exclusão a que ainda é submetida a população afrodescendente no Brasil, mais de 100 anos depois da Abolição da Escravatura.

Segundo os estudos do Ipea, os negros representam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% dos pobres e a 69% dos indigentes.

— O exame mais recente das desigualdades no Brasil, incluindo



Suplicy citou dados do Ipea que, para ele, comprovam exclusão dos negros

seus aspectos raciais, denota com clareza que a sociedade e os governos pouco fizeram desde a abolição para corrigir os efeitos de mais de três séculos de escravidão. Creio que devemos romper nosso imobilismo e lutar para implantar uma sociedade mais justa, onde o racismo

seja uma página virada de nossa história — disse o senador.

Eduardo Suplicy afirmou que a figura de Zumbi deve servir de exemplo para a construção de uma sociedade livre, democrática e socialmente justa.

Heloísa saúda União dos Palmares, terra do quilombo

Pelo transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou o município de União dos Palmares, em Alagoas, local onde existiu o Quilombo dos Palmares, criado pelo escravo e rei africano Zumbi.

Ela lembrou o combate dos escravos em busca da liberdade e disse esperar que isso possibilite a todos homenagear “essa história de luta feita pelos negros e negras do país”.



Heloísa Helena homenageou a luta dos escravos pela liberdade